



LEI Nº 519/2025
DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

**DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE
ACORDOS DIRETOS PARA PAGAMENTO DE
PRECATÓRIOS DEVIDOS PELO MUNICÍPIO
DE POÇO REDONDO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO, ESTADO DE SERGIPE,
aprova, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Município fica autorizado a realizar acordo para pagamento parcelado e compensação de créditos de precatórios alimentícios e comuns da Administração Municipal, nos termos desta Lei.

§ 1º Os acordos diretos serão formalizados por meio de edital público, devidamente publicado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe.

§ 2º A homologação dos acordos ocorrerá perante o Juízo Auxiliar de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, condicionando a eficácia do ajuste.

§ 3º Será destinado o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos recursos de que tratam os §§1º e 2º do art. 97 do ADCT da Constituição Federal para o pagamento dos acordos celebrados nos termos desta Lei.

Art. 2º Fica criada, no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, a Câmara de Conciliação de Precatórios, com a seguinte composição:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Controle Interno;

III – 1 (um) representante da Procuradoria Municipal.

§ 1º Compete à Câmara de Conciliação de Precatórios acompanhar a execução orçamentária e financeira dos acordos e elaborar relatórios de transparência e prestar contas.

§ 2º A Câmara poderá requisitar informações e documentos às secretarias municipais, bem como realizar diligências junto ao Tribunal de Justiça e aos credores.

Art. 3º O acordo consistirá em proposta de antecipação de pagamento mediante concessão de até 40% (quarenta por cento) de deságio para os créditos alimentares e de até 60% para créditos comuns sobre a totalidade do saldo devedor do precatório, ficando vedada a proposição de acordo apenas sobre parte do valor devido.

PARÁGRAFO ÚNICO. O percentual de deságio com o qual o Município de Poço Redondo/SE poderá celebrar acordo será fixado em Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Poderão aderir aos acordos os titulares de precatórios regularmente inscritos contra o Município de Poço Redondo.

§ 1º É vedada a adesão de créditos decorrentes de Requisições de Pequeno Valor, de honorários contratuais autônomos dissociados do principal e de precatórios cuja exigibilidade esteja *sub judice*, salvo ordem judicial.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO REDONDO
GABINETE DO PREFEITO**



§ 2º No caso de cessão do crédito, o cessionário deverá comprovar a cadeia dominial e a comunicação prévia ao Juízo do precatório.

Art. 5º O valor de referência para o acordo corresponderá ao montante do precatório, atualizado até a data-base indicada no edital, segundo os critérios constitucionais de atualização e juros, abatido o deságio e eventuais compensações ou deduções legalmente cabíveis.

§ 1º O pagamento dar-se-á mediante depósito judicial na conta do precatório, após a homologação do acordo e observados os cronogramas orçamentários e financeiros.

§ 2º O acordo implicará quitação plena e irrevogável do crédito transacionado, restringindo-se ao valor acordado, sem prejuízo de eventuais saldos não contemplados quando o acordo for parcial.

Art. 6º. A adesão do credor ao edital representa ciência de que o pagamento ocorrerá conforme ordem cronológica e disponibilidade financeira, sem prejuízo das prioridades constitucionais, e condiciona-se à homologação judicial.

Art. 7º. Os casos omissos serão dirimidos pela Câmara de Conciliação de Precatórios, ouvido o Juízo Auxiliar de Precatórios, observada a legislação vigente.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Poço Redondo, Estado de Sergipe, 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

JOSIVALDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

